



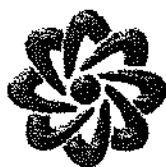
III REUNIÃO DE DIRETORES DE POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL DA
COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

ATA DA REUNIÃO

Nos dias 9 e 10 de novembro de 2010, realizou-se em Brasília, Distrito Federal, Brasil, a III Reunião de Diretores de Política de Defesa Nacional da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), nos termos do artigo 9º do Protocolo de Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa, aprovado e assinado por ocasião da IX Reunião dos Ministros da Defesa, realizada na cidade da Praia, em 15 e 16 de Setembro de 2006.

Estiveram presentes na Reunião o Diretor Nacional de Relações Internacionais do Ministério da Defesa Nacional de Angola, Almirante ANDRÉ GASPAR MENDES DE CARVALHO "MIAU", o Diretor do Departamento de Política e Estratégia, Vice-Almirante WILSON BARBOSA GUERRA, representando o Secretário de Política Estratégia e Assuntos Internacionais do Ministério da Defesa do Brasil, o Diretor Nacional da Defesa do Ministério da Defesa de Cabo Verde, Tenente-Coronel PEDRO REIS BRITO; o Diretor Geral de Política de Defesa Nacional do Ministério da Defesa Nacional e dos Combatentes da Liberdade da Pátria da Guiné-Bissau, Coronel MALAM CAMARÁ, o Chefe da Repartição para CPLP, Sr. EMÍLIO SÉRGIO CUMBE, representando o Diretor Nacional de Política de Defesa do Ministério da Defesa Nacional de Moçambique, o Diretor do Departamento da Cooperação Técnico-Militar, Dr. JOÃO PEDRO SALDANHA SERRA, representando o Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional do Ministério da Defesa Nacional de Portugal, o Diretor de Política de Defesa Nacional do Ministério da Defesa e Segurança Pública de São Tomé e Príncipe, Tenente-Coronel ALFREDO MARÇAL LIMA, e o Diretor Geral da Secretaria de Estado da Defesa do Ministério da Defesa de Timor-Leste, Dr. JOÃO DE CORTE REAL DE ARAÚJO. A composição das delegações segue em anexo.

A Sessão de Abertura oficial da Reunião foi presidida pelo Diretor do Departamento de Política e Estratégia, Vice-Almirante WILSON BARBOSA GUERRA, que desejou as boas vindas a todas as Delegações, agradecendo e saudando a presença de todos em Brasília.



Retornando aos trabalhos, foi dada a palavra ao Diretor Nacional de Relações Internacionais do Ministério da Defesa Nacional de Angola, Almirante ANDRÉ GASPAR MENDES DE CARVALHO "MIAU", na qualidade de Presidente cessante deste Fórum de Defesa.

Na sua intervenção, o Almirante MENDES DE CARVALHO agradeceu a República Federativa do Brasil pelo acolhimento e pelas condições de trabalho colocadas à disposição das delegações, desejando que o país possa garantir o fortalecimento da CPLP. Considerou que o fórum de defesa da CPLP, apesar de ativo, deve sair da rotina, aprofundando reflexões feitas na II Reunião de Diretores de Política Nacional (DPDN) da CPLP designadamente:

- Envolver outros setores da CPLP, como a diplomacia, a área política, a segurança pública e a inteligência no Centro de Análise Estratégica (CAE), garantindo mais recursos e melhores resultados;
- Agregar ao CAE uma valência de Sistema de Aviso Prévio;
- Questionar o objetivo do Exercício Felino, nos termos de vir a permitir a criação de uma Força da CPLP e em que contexto esta atuaria.

Concluiu passando a presidência desta reunião ao Brasil, na pessoa do Vice-Almirante WILSON BARBOSA GUERRA, que enalteceu o trabalho da presidência angolana.

Entrando na Agenda de Trabalho, passou ao Ponto Prévio, tendo a Agenda sido aprovada por consenso.

Quanto ao Ponto 1, letra a, todas as delegações manifestaram a intenção de seus Ministros se pronunciarem sobre questões internacionais e implicações político-militares no contexto regional para os países-membros da CPLP. Foi solicitado pelo presidente que as delegações entregassem, se possível, um resumo do pronunciamento de seus Ministros para compor a Declaração Final da XII Reunião de Ministros de Defesa Nacional da CPLP.

Passando para a letra b, a Delegação do Brasil sugeriu que se adaptasse a Agenda às Conclusões da 12ª Reunião de CEMGFA, realizada em 28 e 29 de Outubro de 2010, em Bissau, designadamente a proposta de Angola para inclusão do Simpósio de Marinhas de Guerra na componente de Defesa da CPLP. Quanto a esta proposta, Angola referiu que a mesma se integrava na alínea i) do artigo 4º do Protocolo de Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa (Protocolo).



Por consenso, e tendo tomado nota desta Recomendação feita pelos CEMGFA, será proposto aos Ministros da Defesa a aprovação da mesma e que mandatem o Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa (SPAD) para propor os procedimentos necessários à formalização do Simpósio de Marinhas de Guerra como parte da componente de Defesa da CPLP.

Nestes termos, a Declaração Final da 12ª Reunião de CEMGFA foi aceite por consenso.

Relativo à letra c do Ponto 1, que trata da aprovação do novo Estatuto do CAE, decorrente da criação do cargo de Vice-Diretor, a Delegação de Angola reportou que o seu Ministro da Defesa realizou uma visita ao CAE, em Moçambique, na qual pode avaliar os trabalhos exercidos por aquele Centro. Ainda sobre o tema, propôs que o cargo de Director passasse a estar aberto a candidatura de qualquer país membro, que suportaria os encargos decorrentes da nomeação do seu candidato, ao invés de suportar financeiramente os encargos com o Vice-Diretor. Angola propôs, ainda, para tratamento posterior, que se abrisse o CAE a outros sectores da CPLP, designadamente às áreas Político-Diplomática, do Interior e da Inteligência.

As delegações chegaram a um consenso quanto às alterações ao Estatuto do CAE, e que envolvem a criação do cargo de Vice-Director, a rotatividade do cargo de Director, a criação do Conselho Consultivo, a reorganização dos serviços internos de apoio à Direcção e a consagração de normas sobre recursos a afectar ao CAE, bem como a Declaração Ministerial que o aprova.

Relativamente ao alargamento do CAE às áreas acima propostas, deliberou-se remeter o assunto à consideração do SPAD.

Em relação às letras d e e do Ponto 1, respectivamente o Relatório Anual das Actividades e de Contas do CAE/CPLP relativo a 2009 e o Plano de Actividades e Orçamento de Suporte do CAE/CPLP relativo a 2011, foram considerados por consenso como estando prontos a serem levados à aprovação dos Ministros.

No que concerne à letra f do Ponto 1, Declaração sobre a contribuição financeira para o Fundo Especial do CAE/CPLP, a proposta agendada foi considerada, por consenso, em condições de ser aprovada pelos Ministros, apesar das observações da delegação brasileira quanto à dificuldade legal de efetuar o pagamento. A delegação angolana ressaltou a necessidade de que os países se esforçassem por efetuar o pagamento atempadamente, a fim de evitar os constrangimentos pelos quais tem passado o CAE.



Quanto à letra g do Ponto 1, foi entendido, por consenso, que o Acordo Técnico para a realização do Exercício Felino 2010 está em condições de ser aprovado e assinado pelos Ministros, com a ressalva de que o Exercício Felino 2010 está previsto para ocorrer em março de 2011, em Angola.

A delegação portuguesa frisou que deverá ser garantida a regularidade de realização do Exercício, sendo esta uma das actividades mais emblemáticas da componente de Defesa da CPLP.

A delegação de Angola informou que ainda se mantêm os problemas de transporte de efectivos da Guiné-Bissau e de Cabo Verde para o próximo Felino, dependendo da confirmação do apoio logístico do Brasil. Teceu, ainda, comentários sobre a proposta preliminar sugerida pelo Brasil de novo formato do Exercício, alertando para o facto de, ao propor um ciclo de 2 (dois) anos para a realização do Exercício em Carta e, no ano seguinte, no Terreno, poder alongar demasiadamente a responsabilidade dos países na realização do Exercício, que hoje é apenas anual, para além de poder dificultar a participação de países que não possuem estrutura para sua realização em Terreno.

O Brasil informou que irá formalizar a sua proposta por meio do SPAD e que, pela mesma via, indicará da possibilidade de realizar o transporte logístico das tropas de Cabo Verde e Guiné-Bissau para o próximo Exercício Felino.

Quanto às letras h e i, referentes ao Memorando de Entendimento com carácter Permanente para os Exercícios Felino e ao Memorando de Entendimento sobre os Centros de Excelência de Formação de Formadores da CPLP na vertente das Operações de Apoio à Paz, a delegação brasileira propôs a retirada dos 2 (dois) itens, tendo em atenção a Declaração Final da 12ª Reunião dos CEMGFA.

A delegação de Angola suscitou a questão da designação deste documento, e se em vez de Memorando de Entendimento sobre os Centros de Excelência de Formação de Formadores da CPLP na vertente das Operações de Apoio à Paz não deveria ser antes Estatuto, devido à natureza de seu conteúdo. Outro ponto mencionado foi a localização dos referidos Centros, questionando a delegação angolana se seriam estabelecidos um ou mais Centros de Formação, tecendo ainda um comentário a respeito do aumento dos custos no caso de se pretender instituir mais de um Centro.

A delegação brasileira questionou se os Centros de Formação já existentes no Brasil, em Moçambique e em Portugal não poderiam ser utilizados para a formação de militares, ao invés de se investir na criação de um Centro.



A delegação portuguesa fez uma breve história do processo dos Centros de Excelência, referindo abertura para rever o número de Centros a criar e considerar essencial para a CPLP que um Centro esteja localizado em África. Referiu, ainda, que a ideia não passava por duplicar estruturas de formação nos países, mas sim utilizar as já existentes, adaptando-as para acolherem, também, esta formação de formadores da CPLP.

A ideia, segundo a delegação angolana, é criar um Centro de Excelência da CPLP com certificação das Nações Unidas, e com o estabelecimento de uma única doutrina para os países componentes da CPLP. Além disso, ressaltou que o referido Centro deverá prioritariamente ser estabelecido em continente africano.

Quanto à letra j da Agenda dos MDN, a Delegação de Cabo Verde se propôs, em princípio, a acolher a XIII Reunião de MDN, dependendo ainda da confirmação de sua Ministra.

A respeito da letra k, Diversos, nenhuma delegação usou da palavra.

Passando ao Ponto II - Outros Assuntos, a delegação de Portugal solicitou uma reflexão sobre os itens abaixo mencionados:

- Remeter as conclusões do XV Encontro de Saúde Militar à aprovação dos Ministros;
- Atualizar e aprovar a Proposta de Plano de Ação para a Presidência do Brasil, apresentado na 21ª SPAD;
- Estudar uma forma de estabelecer um posicionamento integrado para as questões da Fiscalização Conjunta de Espaços Marítimos sob soberania ou jurisdição dos Estados Membros da CPLP, de acordo com o previsto no Protocolo;
- Propor aos Ministros para mandatarem o SPAD para elaborar um Regimento Interno das Reuniões Ministeriais da CPLP, baseado na Resolução do Conselho de Ministros aprovada na cidade de Praia, em 2009, recomendação esta que lhe foi transmitida pelo Secretariado Executivo da CPLP.

A delegação de Angola mencionou a inclusão das seguintes atividades no calendário de Defesa da CPLP:

- Encontros de Saúde militar;
- Simpósios das Marinhas de Guerra;
- Implementação da Reunião de Diretores dos Serviços de Informações Militares, já previstas no Protocolo.



Propôs, ainda, que constassem no Plano de Ação para a Presidência do Brasil, com vista a acelerar o processo de discussão e implementação das mesmas, as seguintes atividades:

- Jogos Esportivos Militares,
- Integração da vertente de Cultura na componente de Defesa da CPLP;
- Análise pelo SPAD da idéia afluída na XI Reunião de Ministros da Defesa da CPLP, sobre a criação de um foro da CPLP, com a integração dos setores de Política e Diplomacia, Defesa, Interior e Inteligência, com vista a uma abordagem mais global das questões de segurança; e
- Acompanhamento da situação do cumprimento dos procedimentos internos de aprovação do Protocolo.

A delegação brasileira demonstrou reservas quanto à implementação simultânea destas ações, sugerindo a sua integração gradual, uma vez que a Comunidade já dispõe de diversos foros e atividades de cooperação no âmbito da CPLP, que devem ser priorizadas.

A delegação angolana indicou, ainda, que não é favorável à realização do Seminário do CAE em simultâneo com a Reunião de Ministros, pois considera que não haveria oportunidade do resultado estar presente na Reunião de Ministros, em virtude destas conclusões terem que passar previamente pelo SPAD, pelas Reuniões dos CEMGFA e dos DPDN.

Feita em Brasília, a 10 de Novembro de 2010

Diretor Nacional de Relações Internacionais do Ministério da
Defesa Nacional da República de Angola


Almirante André Gaspar Mendes de Carvalho "Miau"



Diretor do Departamento de Política e Estratégia do Ministério
da Defesa da República Federativa do Brasil


Vice-Almirante Wilson Barbosa Guerra

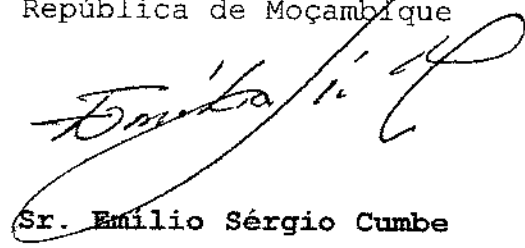
Diretor Nacional de Defesa do Ministério da Defesa Nacional da
República de Cabo Verde


Tenente-Coronel Pedro dos Reis Brito

Director-Geral de Política de Defesa Nacional do Ministério da
Defesa Nacional e dos Combatentes da Liberdade da Pátria da
República da Guiné-Bissau


Coronel Malam Camará

Chefe da Repartição para CPLP do Ministério da Defesa Nacional da
República de Moçambique


Sr. Emilio Sérgio Cumbe



Diretor de Serviços de Cooperação Técnico-Militar do Ministério
da Defesa Nacional da República Portuguesa

Dr. João Pedro Saldanha Serra

Diretor de Política de Defesa Nacional do Ministério da Defesa
da República Democrática de São Tomé e Príncipe

Tenente-Coronel Alfredo Marçal Lima

Diretor Geral da Secretaria de Estado da Defesa do Ministério da
Defesa Nacional da República Democrática de Timor-Leste

Dr. João de Corte Real Araújo